



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.68/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 15/2024

1. PREÂMBULO

1.1. Edital de Chamamento Público n. 002/2024

1.2. Entidade Usuária: Fundo Municipal de Saúde Palma Sola

1.3. O Município De Palma Sola, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 83.028.639/0001-02, com sede à Rua Francisco Zanotto, nº. 600, Centro, Palma Sola - SC, neste ato representado pelo seu prefeito Municipal, Sr. Cleomar José Mantelli, torna público para conhecimento dos interessados, que a partir da data, horário e local aqui indicados, estará aberto prazo para recebimento de documentação relativa ao presente Chamamento Público para Credenciamento, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais disposições legais.

1.4. A documentação para habilitação dos proponentes será recebida, a partir do dia 13 de setembro de 2024 às 08h00, através do Portal de Compras Públicas, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente chamamento é o Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados em análises clínicas nos setores de hematologia, bioquímica, imunologia, uroanálise, microbiologia, parasitologia e citopatologia, englobando o fornecimento da estrutura física para a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames laboratoriais para pacientes atendidos na Atenção Primária, residentes no município de Palma Sola/SC, nas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

2.2. Os itens e valores a serem pagos pelo Município são os constantes no Anexo I – Termo de Referência, deste edital.

2.3. A execução dos exames nesse chamamento apresentará descrição e valores financeiros compatíveis com Tabela SIGTAP e Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina (CISAMEOSC) e do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CONIMS).





3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E PRAZO DE CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste processo de credenciamento todas as pessoas jurídicas que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

- a) Estejam devidamente regulamentadas e constituídas nos termos da legislação vigente;
- b) Possuam alvará sanitário válido e vigente, emitido pelo órgão competente;
- c) Apresentem toda a documentação comprobatória de sua aptidão para o exercício da atividade objeto deste credenciamento, conforme exigido neste edital e seus anexos;
- d) Detenham a possibilidade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NFe), em conformidade com a legislação tributária aplicável;
- e) Manifestem interesse em se habilitar para a prestação de serviços especializados em análises clínicas, nos termos e condições estabelecidos neste edital.

3.2. O prazo para o credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação deste edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, observado o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. A prorrogação do prazo de credenciamento será formalizada mediante termo aditivo, precedida de justificativa da autoridade competente e publicação na imprensa oficial, mantidas as demais condições estabelecidas no edital original.

3.4. As pessoas jurídicas interessadas poderão solicitar seu credenciamento a qualquer tempo, dentro do prazo de vigência do credenciamento, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos neste edital e na legislação pertinente.

3.5. A participação neste credenciamento implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes neste edital e seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares vigentes.

3.6. Não poderão participar do credenciamento:

- 3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.2. Pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

Parágrafo único. A observância das vedações do item 3.6 é de inteira responsabilidade do participante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

3.4. Para serem considerados cadastrados e habilitados à prestação dos serviços, os interessados deverão cumprir as exigências do presente Edital e da Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes.

3.5. O Município de Palma Sola – SC disponibilizará o Edital e anexos, no site oficial do Município no endereço www.palmasola.sc.gov.br, no Portal Transparência do Município de Palma Sola/SC (palmasola.atende.net) e no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br e pelo site: https://palmasola.atende.net/?pg=autoatendimento#!/tipo/servico/valor/8/padrao/1/load/1

Informações sobre as especificações do objeto e demais elementos necessários, serão fornecidas durante o horário normal de atendimento deste órgão licitante, sendo das 08h às 11h45 e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, em sua Sede Administrativa sita à Rua Francisco Zanotto, nº. 600, Centro, Palma Sola - SC. Outras informações poderão ser adquiridas pelo telefone (49) 3652-3200, ou por e-mail: compras@palmasola.sc.gov.br.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Todos os documentos deverão ser apresentados dentro dos respectivos prazos de validade.

4.2. Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, o mesmo será aceito desde que a data de emissão não seja anterior a 90 (noventa) dias da data limite para o recebimento da habilitação.

4.3. Os documentos apresentados em desacordo com a exigências deste edital poderão ser corrigidos, desde que as incorreções sejam sanáveis, caso contrário constituirão motivo para inabilitação.

4.3.1. O Agente de Contratação abrirá diligência solicitando as correções necessárias, que deverão ser providenciadas no prazo de 48 horas úteis. A credenciante será notificada por e-mail automaticamente pelo Portal de Compras Públicas informando a abertura de diligência. O prazo poderá ser encerrado antecipadamente caso as pendências sejam corrigidas.

4.4. No caso de certidões obtidas através da Internet, em caso de dúvida, a Comissão de Licitações poderá proceder a verificação de autenticidade das mesmas, através do site emissor;

4.5. Os interessados em participar deste Chamamento deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

4.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.7. Deverão ser apresentados os seguintes documentos para habilitação:

4.7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA – PESSOA JURÍDICA

- a) Ato constitutivo, estatuto, ou contrato social consolidado ou contrato social acompanhado de todas as alterações contratuais, ou última alteração consolidada com todas as cláusulas do contrato descritas na alteração, devidamente registrado, que demonstre a competência legal do interessado para representar e assinar pela empresa;
 - a. no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores, ou;
 - b. no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso;
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- d) RG e CPF do sócio majoritário ou sócio administrador da empresa.

4.7.2. HABILITAÇÃO FISCAL – PESSOA JURÍDICA

- a) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91. (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>).
- b) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais. (do Estado onde está localizada a sede da empresa).
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais. (do Município onde está localizada a sede da empresa).
- d) Certidão Negativa de débitos Trabalhistas. (<https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>).
- e) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>).

4.7.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

- a) Certidão de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência - Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau), emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado onde está localizada a sede da empresa.
- a. Caso a empresa encontre-se em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá apresentar o plano de recuperação estando em dias com as obrigações estabelecidas neste;
- b) Caso a empresa encontre-se em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, necessária a apresentação de declaração de boa situação financeira, emitida pela contabilidade da empresa.

4.7.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES, com lista de serviços que serão realizadas pelo laboratório e caso utilize serviços terceirizados, esses deverão estar descritos nesse cadastro.
- b) Alvará Sanitário atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual (obrigatório para a celebração do contrato).
- c) Registro ou inscrição atualizada da empresa na entidade profissional competente.
- d) Registro válido do Responsável Técnico pelo laboratório no respectivo Conselho Profissional e comprovante de especialização emitido pela sociedade científica respectiva.
- e) Apresentar certificado e/ou contrato de coleta, transporte e destinação de resíduos de serviços de saúde, conforme RDC/ANVISA Nº 222/2018.

4.7.5. Os Anexos II, III e IV, deste regulamento são de preenchimento obrigatório, sob pena de não credenciamento do interessado.

4.8. A Comissão de Licitação que analisará a documentação deste credenciamento poderá promover consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando os interessados dispensados de autenticá-las.

5. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

5.1. Após a data e horário de abertura para a apresentação da documentação, será efetuada a seleção e classificação das proponentes, a fim de se chegar à selecionada, conforme especificação neste instrumento.

5.2. Os critérios de seleção e classificação das propostas realizadas pela Comissão de Licitação respeitarão as seguintes condições:

- a) A proponente deverá obrigatoriamente cumprir os requisitos de habilitação constantes no item 4 deste instrumento;
- b) Caso os requisitos não sejam atendidos ou as incorreções apuradas não sejam sanadas, a proponente será desclassificada;





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

- c) Se houver mais interessados aptos todos serão credenciados, uma vez que o credenciamento se dá de forma paralela e não excludente.

6. DAS CONTRATAÇÕES

- 6.1. A proponente, após devidamente credenciada, poderá iniciar os serviços somente após a assinatura do contrato, que deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias a partir da convocação formal da administração.
- 6.2. A não assinatura do contrato pelo credenciado dentro do período acima estabelecido implica em renúncia ao direito de contratação.
- 6.3. A assinatura do Contrato de Adesão dependerá de prévia habilitação pelo credenciamento, bem como com as condições estabelecidas neste Edital.
- 6.4. O Contrato firmado terá duração de 12, (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes e por meio de termo aditivo.

7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 7.1. Prestar os serviços conforme as normas da Legislação da Vigilância Sanitária e demais normas legais, para garantir a integridade e a qualidade dos mesmos;
- 7.2. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros.
- 7.3. Responsabilizar-se por todos os encargos tributários, sociais e previdenciários incidentes sobre os valores incidentes sobre a aquisição, comprovando, mediante apresentação de documentos, eventual isenção tributária.
- 7.4. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento;
- 7.6. Renovar anualmente o credenciamento para prestação dos serviços
- 7.7. Emitir nota fiscal constando a razão social e CNPJ da contratante, conforme exigido no Termo de Referência;
- 7.8. Não realizará emissão de nota fiscal com valor diverso ao do objeto ou de eventual reajuste realizado nos termos deste credenciamento.
- 7.9. Não realizará emissão de nota fiscal com descrição diversa do objeto constante neste credenciamento
- 7.5. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcial, o objeto deste Credenciamento.
- 7.10. Não realizará emissão de nota fiscal sem constar as informações do item 7.8 e subitens, ou que estas sejam em inconformidade com o solicitado.

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

- 8.1. O município deverá proporcionar as devidas condições para que a contratada possa desempenhar seu serviço dentro das normas contratuais, comunicar à contratada, quaisquer irregularidades (expressamente) observadas na execução do fornecimento contratado e aplicar, as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, segundo as Leis Vigente no País.
- 8.2. Receber o objeto/serviços no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 8.3. Comunicar à Contratada, por escrito (expressamente), sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. No último dia útil de cada mês, a Credenciada deverá emitir relatório da prestação dos serviços contendo o nome do paciente, os exames realizados, assim como, os respectivos valores. Deverá encaminhar também relatório consolidado, contendo a relação e a quantidade de cada exame efetuado.
- 9.2. O pagamento será efetuado após a constatação de que o serviço foi executado em conformidade com esse Termo, juntamente com a emissão e o encaminhamento da Nota Fiscal.
- 9.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida ao Município de Palma Sola (CNPJ: 83.028.639/0001-02, Endereço: Rua Francisco Zanotto, 600 – Centro. Palma Sola/SC e deverá conter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação
- 9.4. Os relatórios da prestação dos serviços e a Nota Fiscal, deverão ser enviados de forma eletrônica pelo e-mail saude@palmasola.sc.gov.br
- 9.5. Após o recebimento dos relatórios da prestação dos serviços citados no item 7.1 e da Nota Fiscal, a Contratante tem o prazo de até 30 (trinta) dias para efetuar o depósito do valor na conta bancária informada pela Contratada
- 9.6. Não será admitida qualquer solicitação de acréscimo aos preços propostos para cobrir as despesas que, porventura, tenham deixado de ser computadas no ato do credenciamento.

10. FISCALIZAÇÃO

- 10.1. A fiscalização do Contrato será designada à servidora Elizandra da Silva, ocupante do cargo de Secretaria Municipal de Saúde.





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

10.2. A Secretaria Municipal Saúde, pelo seu órgão competente organizará e fiscalizará o funcionamento dos credenciados, procurando assegurar um serviço que satisfaça as necessidades públicas.

10.3. Os agentes da fiscalização poderão determinar as providências que julgarem necessárias à regularidade da execução dos serviços.

10.4. Os termos decorrentes da atividade fiscalizadora serão lavrados, sempre que possível, em formulários denominados de Registro de Ocorrência, extraindo-se cópia para anexar ao processo e outra para entregar à pessoa sob fiscalização.

10.5. O credenciado submeterá seus estabelecimentos a vistorias da vigilância sanitária periódicas e atenderá às convocações extraordinárias para vistoria sempre que necessário.

10.6. O credenciado cumprirá rigorosamente as normas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor e demais legislação pertinente ao fornecimento de alimentos, sujeitando-se às penalidades previstas na legislação pertinente.

11. ESCLARECIMENTOS

11.1. O Aviso de Chamamento Público e seus Anexos estarão à disposição dos interessados na Sede Administrativa do Município de Palma Sola, sito na Rua Francisco Zanotto, 600 – Centro, no site oficial do município, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br e www.palmasola.sc.gov.br e quaisquer informações e esclarecimentos adicionais relativos a este procedimento poderão ser solicitados durante horário das 08:00h às 11h45 e das 13h30 às 17h30, pelos telefones (49) 3652-3200 / 3652-319 ou e-mail: compras@palmasola.sc.gov.

11.2. A Comissão designada para o julgamento terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder ao questionamento.

11.3. Se a solução dada ao questionamento motivar alterações no presente Edital de Credenciamento, as Empresas participantes serão imediatamente informadas.

12. FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta – SC, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. À Comissão Permanente de Licitações, juntamente com a equipe técnica, além do recebimento e exame da documentação, caberá o julgamento e obediência às disposições aqui estabelecidas, bem como dirimir sobre dúvidas ou omissões.





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

13.2. Qualquer recurso ou contestação somente poderá ser manifestado por intermédio do representante legal da Empresa interessada ou por Procurador legalmente habilitado.

13.3. É expressamente vedado o cometimento a terceiros (subcontratação) da execução dos serviços objeto deste edital.

13.4. Integram este edital os anexos relacionados abaixo:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II - Declaração de Responsabilidade e Compromisso;
- c) Anexo III – Declaração de que não exerce atividade incompatível;
- d) Anexo IV – Declaração conjunta; e,
- e) Anexo V – Minuta do Termo de Contrato.

Palma Sola, SC, 11 de setembro de 2024

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
Pablo Souza
OAB/RS nº 81174

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/09/2024 14:06 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66e1ce1e60388>.
POR CLEOMAR JOSE MANTELLI:76074188904 EM 11/09/2024 14:06





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 68/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.15/2024

(ARQUIVO DIGITAL)

OBSERVAÇÃO: Este documento está apresentado à parte, em arquivo eletrônico (digital) e disponibilizado para download na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br e pelo site: <https://palmasola.atende.net/?pg=autoatendimento#!/tipo/servico/valor/8/padrao/1/load>

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/09/2024 14:06 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66e1ce1e60388>.
POR CLEOMAR JOSE MANTELLI:76074188904 EM 11/09/2024 14:06





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

ANEXO II

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 68/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 15/2024

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO

Declaramos, sob as penas da Lei e nos termos do Edital de Chamada Pública para Credenciamento nº 002/2024/FMS, que nos comprometemos a obedecer fielmente toda a Legislação Federal, Estadual e Municipal em vigor, que regulamentam os serviços objeto deste edital, bem como, a legislação superveniente no exercício das atividades.

Local e data, de de 2024

.....
Assinatura do Representante
Empresa

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/09/2024 14:06 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66e1ce1e60388>.
POR CLEOMAR JOSE MANTELLI:76074188904 EM 11/09/2024 14:06





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

ANEXO III

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 68/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 15/2024

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024

**DECLARAÇÃO DO INTERESSADO QUE NÃO EXERCE ATIVIDADE
INCOMPATÍVEL COM A ATIVIDADE**

Declaramos ainda, sob pena de descredenciamento, e nos termos deste Edital, que não exercemos atividade incompatível com o objeto deste credenciamento.

Local e data, de de 2024

.....
Assinatura do Representante
Empresa

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/09/2024 14:06 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p68e1ce1e60388>.
POR CLEOMAR JOSE MANTELLI:76074188904 EM 11/09/2024 14:06





ANEXO IV

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 68/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.15/2024

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO:

A empresa _____, CNPJ sob nº _____, com sede na _____, **DECLARA** sob as penas da Lei Federal nº 14.133, de 2021 para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurado por esse órgão público, que:

- Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, conforme dispõe a aplicação de sanções no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

- Não emprega menor de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal; () Ressalva: Emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz.

- Cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório. *(Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva);*

- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

- Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

- Declaro que não fui, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, condenado (a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

- A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da proponente
Nome e CPF

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/09/2024 14:06 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66e1ce1e60388>.
POR CLEOMAR JOSE MANTELLI:76074188904 EM 11/09/2024 14:06





ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Palma Sola, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Pedro Mello dos Santos, nº. 750, Centro, Palma Sola - SC, inscrito no CNPJ sob n. 11.312.770/0001-96, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr., brasileiro, casado, portador do CPF nº., doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa, estabelecida na Rua, nº., Bairro....., na cidade de/....., representada neste ato por portador(a) do CPF n., doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de adesão, em decorrência do Chamamento Público para Credenciamento nº. 002/2024/FMS, Processo de Licitação nº. 68/2024 – Inexigibilidade nº. 15/2024, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados em análises clínicas nos setores de hematologia, bioquímica, imunologia, uroanálise, microbiologia, parasitologia e citopatologia, englobando o fornecimento da estrutura física para a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames laboratoriais para pacientes atendidos na Atenção Primária, residentes no município de Palma Sola/SC, bem como demais condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1. Caberá a Contratada obedecer ao objeto do presente Termo de Referência e as disposições legais contratuais, prestando os serviços dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade

2.2. O fornecimento do objeto desse contrato deverá ser iniciado imediatamente após a publicação do extrato do Contrato e a emissão das Autorizações de Exames emitidas pela Secretaria de Saúde de Palma Sola/SC - de acordo com a demanda - prestando rigorosa observância às normas, ordens e instruções da fiscalização

2.3. A empresa credenciada para prestação do serviço de exames laboratoriais, deverá realizar a coleta do material em posto de coleta próprio ou alugado, situado dentro do perímetro urbano do Município de Palma Sola/SC.

2.4. Os resultados dos exames poderão ser encaminhados até a Unidade Básica de Saúde, competindo os encargos do envio a credenciada, podendo se dar de forma online e/ou entregue diretamente ao paciente.





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

2.5. Os exames serão realizados de acordo com as requisições médicas prescritas ao respectivo paciente, devidamente firmada por médicos, em impresso ou manuscrito, contendo assinatura e carimbo do profissional.

2.5.1. Nas requisições médicas prescritas ao respectivo paciente que trata o item 2.5, deverão conter também a quantidade de exames e a autorização com carimbo e assinatura do responsável pela autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

2.6. A autorização dos exames laboratoriais deverá ser realizada e aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde que manterá controle da cota mensal de serviços fixada pelo Fundo Municipal de Saúde.

2.7. A demanda diária atendida fica a cargo do prestador que deverá agendar a coleta em até 7 (sete) dias úteis após autorização pela Secretaria; Pedidos com prioridade (deverão ser agendados em até 3 (três) dias úteis após a autorização); Pedidos com urgência (deverão ser agendados no dia seguinte da autorização).

2.8. O Município não se responsabiliza pelo transporte de pacientes para a realização de coleta até o prestador. Exceto em casos de necessidade de coletas domiciliares que serão, realizadas por profissional da Secretaria de Saúde e enviado somente o material ao prestador, ficando a cargo do prestador o fornecimento de tubos para coleta domiciliar.

2.9. O Contratante fica desobrigado de pagar pelos exames laboratoriais sem a prévia autorização do contratante.

2.10. Os resultados dos exames deverão ser entregues no prazo de até 05 (cinco) dias úteis. Os casos excepcionais (exames de maior complexidade com prazo de entrega dos resultados superior a oito dias) deverão obedecer aos prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde

2.11. O encaminhamento dos procedimentos será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, que deverá também acompanhar e controlar a demanda enviada de acordo com a quantidade financeira contratada.

2.12. O limite financeiro será regulado e controlado pela Secretaria Municipal de Saúde, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como, mediante a produção apresentada pelos credenciados, mensalmente, cabendo à Secretaria comunicar aos credenciados, a paralisação ou descontinuidade dos serviços, caso o limite financeiro seja atingido

2.13. Caberá à Secretaria Municipal de Saúde proceder a auditoria técnica e administrativa dos referidos exames, que estarão sujeitos a glosas.

2.14. A Contratada deverá prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e atender as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados, principalmente no que se refere às determinações do Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e dos Conselhos Federal e Regional de Medicina.

2.15. A Contratada deverá dispor de capacidade técnica para realização de todos os exames mencionados/credenciados.

2.16. A Contratada deverá manter controle de qualidade sobre suas atividades de realização de exames laboratoriais através de entidade de referência, periodicamente, sem ônus para a Contratante.





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

2.17. A Contratada deverá manter em seu quadro de funcionários, profissionais com habilitação e com inscrição no respectivo Conselho Regional de exercício profissional.

2.18. A Contratada deverá responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente

2.19. A Contratada deverá manter a ética e a cordialidade nos locais dos serviços, advertindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inadequada pela Contratante

2.20. A Contratada deverá assegurar aos beneficiários os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários

2.21. A Contratada deverá manter as informações e dados dos pacientes em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

3.1. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1.1. Prestar os serviços conforme as normas da Legislação da Vigilância Sanitária e demais normas legais, para garantir a integridade e a qualidade dos mesmos;

3.1.2. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros.

3.1.3. Responsabilizar-se por todos os encargos tributários, sociais e previdenciários incidentes sobre os valores incidentes sobre a aquisição, comprovando, mediante apresentação de documentos, eventual isenção tributária.

3.1.4. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento;

3.1.5. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcial, o objeto deste Credenciamento.

3.1.6. Renovar anualmente o credenciamento para prestação dos serviços

3.1.7. Emitir nota fiscal constando a razão social e CNPJ da contratante, conforme exigido no Termo de Referência;

3.1.8. Não realizará emissão de nota fiscal com valor diverso ao do objeto ou de eventual reajuste realizado nos termos deste credenciamento.

3.1.9. Não realizará emissão de nota fiscal com descrição diversa do objeto constante neste credenciamento.

3.1.10. Não realizará emissão de nota fiscal sem constar as informações do item 7.8 e subitens, ou que estas sejam em inconformidade com o solicitado.





3.2. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

3.2.1. O município deverá proporcionar as devidas condições para que a contratada possa desempenhar seu serviço dentro das normas contratuais, comunicar à contratada, quaisquer irregularidades (expressamente) observadas na execução do fornecimento contratado e aplicar, as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, segundo as Leis Vigente no País.

3.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

3.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito (expressamente), sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

3.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

CLAUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

4.1. A alteração do contrato dar-se-á nos termos dos Arts. 124 à 126, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A fiscalização do Contrato será realizada pela Secretária Municipal de Saúde Elizandra da Silva.

5.2. A Secretaria Municipal de Saúde, pelo seu órgão competente organizará e fiscalizará o funcionamento dos credenciados, procurando assegurar um serviço que satisfaça as necessidades públicas.

5.3. O(s) agente(s) da fiscalização poderá(ão) determinar as providências que julgarem necessárias à regularidade da execução dos serviços.

5.4. Os termos decorrentes da atividade fiscalizadora serão lavrados, sempre que possível, em formulários denominados de Registro de Ocorrência, extraindo-se cópia para anexar ao processo e outra para entregar à pessoa sob fiscalização.

5.5. O credenciado submeterá seus estabelecimentos a vistorias da vigilância sanitária periódicas e atenderá às convocações extraordinárias para vistoria sempre que necessário.

5.6. O credenciado cumprirá rigorosamente as normas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor e demais legislação pertinente.

CLAUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

6.1. Este Contrato vincula-se ao Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº. 002/2024/FMS, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 14.133/21, de 01 de abril de 2021, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

Este instrumento também reger-se-á pelo Decreto Federal nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024.

CLAUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes e por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RENOVAÇÃO E REAJUSTE CONTRATUAL

8.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes e por meio de termo aditivo.

8.2. Em caso de prorrogação contratual, os preços poderão ser reajustados anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, conforme disposto no art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

8.3. O reajuste dos preços será realizado com base no menor valor apurado entre as tabelas de referência utilizadas para o pagamento dos serviços, quais sejam, a Tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Tabela do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina (CISAMEOSC), e do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CONIMS), vigentes à época do reajuste.

8.5. Os reajustes serão precedidos de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das tabelas de referência vigentes que comprovem a necessidade de reajuste.

8.6. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, exceto quando coincidir com a prorrogação contratual, caso em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

8.7. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajuste, observados os seguintes critérios:

- a) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros; ou
- b) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando o reajuste envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em reajustes futuros.

8.8. Os efeitos financeiros do reajuste ficarão restritos exclusivamente aos itens que o motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

8.9. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

8.10. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

8.11. O CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

8.12. Na hipótese do reajuste resultar em valor superior ao praticado no mercado, o CONTRATANTE poderá:

- a) Convocar a CONTRATADA para negociação dos preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, liberar a CONTRATADA do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;
- c) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.13. É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

8.14. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

8.20. O reajuste poderá ser negado pela CONTRATANTE, mediante decisão fundamentada, caso se verifique que os novos preços propostos pela CONTRATADA sejam incompatíveis com os praticados no mercado ou que os cálculos apresentados contenham erros ou impropriedades.

8.21. A cada reajuste, a CONTRATADA deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.22. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do contrato com base no disposto no art. 124, II, 'd', da Lei nº 14.133/2021.

CLAUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

9.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
compras@palmasola.sc.gov.br

10.1. Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

10.2. E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato de forma digital, os representantes das partes contratantes.

Palma Sola, SC, dede 2024.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal
Contratante

Nome:
CNPJ:
Nome do Representante legal
Contratada/Credenciada

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
Pablo Souza
OAB/RS 81.174

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/09/2024 14:06 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66e1ce1e60388>.
POR CLEOMAR JOSE MANTELLI:76074188904 EM 11/09/2024 14:06

